

Objectivo 3- Promover a igualdade de género e a capacidade das mulheres.

Introdução

"Os homens e as mulheres são diferentes, mas apenas no sexo"

O homem e a mulher são membros da mesma espécie e comunidade, surgiram ao mesmo tempo e ambos complementam-se. Ninguém pode inferir que os homens são superiores às mulheres ou vice-versa, porque a verdade é que todos somos iguais!

Porém, este axioma que nada de errado parece ter, não passa de uma mera filosofia para alguns ou mesmo uma esperança para outros.

Não, não está certo! Está até escrito na declaração universal dos direitos humanos (exemplo: "**Artigo 1.º** Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.") e ninguém pode renegar.

Perante a realidade que o mundo enfrenta, o objectivo 3 quer proporcionar às mulheres uma vida mais equilibrada e equitativa, isente de discriminação, defendendo os seus direitos e outras máximas. Este é de facto, o objectivo que mais preocupa as parcerias mundiais, pois é um objectivo "base", que depois de alcançado possibilita o desenrolar de outros, por exemplo, o objectivo 5 "Melhorar a saúde materna". Assim, 1/6 da ajuda bilateral está colocada no objectivo 3.

A importância do objectivo 3:

- As mulheres têm vários potenciais, e podem contribuir de forma vantajosa para o desenvolvimento económico e social dum país.
- As mulheres empoderadas promovem a sua família, a educação dos seus filhos, a sua saúde e a dos seus parentes.
- Desta forma, este objectivo ajuda a desenvolver outros objectivos, por exemplo: o objectivo 2, 4 e 6, "Alcançar o ensino primário universal", "Reduzir a mortalidade infantil" e "Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças".
- As mulheres necessitam de ajuda para conseguirem combater, com sucesso, a discriminação de género na escola, no emprego, na política e até na própria casa.
- As mulheres têm grande dificuldade em participar na vida política da sua região, e consequentemente, não conseguem defender, ou mesmo ter conhecimento dos seus direitos.

Situação Actual

Meta: eliminar as disparidades de género no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015.

Desigualdade no ensino

Ensino primário

Entre 2000 e 2006, ocorreu um aumento na escolarização das raparigas em todas as regiões em desenvolvimento. Contudo as raparigas representam 55% da população que não frequenta a escola.

O Sul da Ásia foi a região que mais progrediu neste âmbito. Por sua vez, a Oceânia e a CEI, Ásia regrediram ligeiramente.

No ensino secundário

Nos países onde as disparidades de género no ensino primário são mais reduzidas, há um maior número de raparigas a continuarem os estudos no ensino secundário, ao contrário dos rapazes, que optam por principiar no mercado de trabalho.

Tanto nas zonas rurais, como nas urbanas, tal como nas várias faixas sociais, a frequência escolar dos rapazes prevalece em relação à das raparigas.

Factores responsáveis pelo abandono escolar das raparigas:

- Secas e escassez alimentar;
- Conflitos armados;
- Pobreza;
- Trabalho infantil;
- O VIH/SIDA;
- Casamento precoce.

Iniciativas para incentivar as crianças a frequentar a escola e não abandoná-la futuramente:

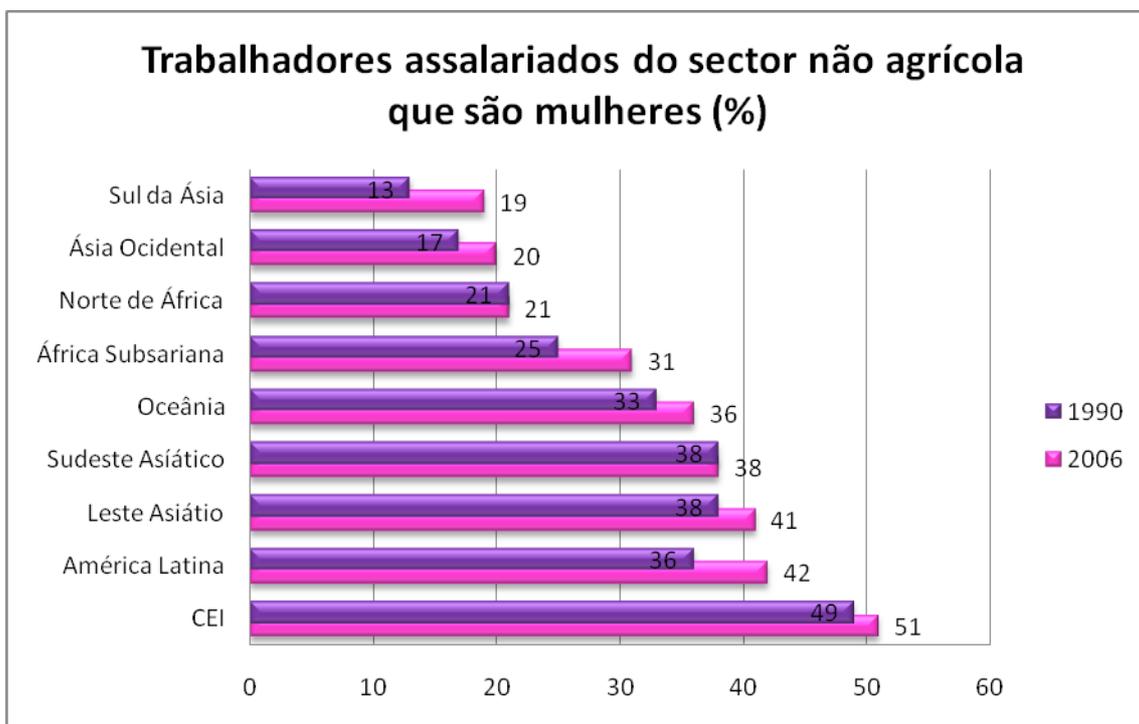
- Criação de escolas-satélite;
- Eliminação de propinas;
- Fornecimento de refeições;
- Promover a segurança escolar;
- Construção de saneamento com melhor qualidade e separado por género.

Desigualdade no emprego

As oportunidades de emprego para as mulheres aumentaram, contudo há muitos casos deploráveis. Cerca de 2/3 das mulheres dos países em desenvolvimento têm empregos precários, isente de segurança, de benefícios e de boas condições.

Duma forma geral, as mulheres ocupam cerca de 40% dos trabalhos remunerados fora da agricultura.

O nível de escolaridade é importante para que as mulheres adquiram mais conhecimentos em várias áreas, tendo assim mais oportunidades de emprego, contudo, as mulheres que já possuem um nível de escolarização mais elevado, enfrentam novos problemas ao tentar concorrer a cargos superiores.



(fonte: Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 2008, gráfico da página 18, adaptado)

O Sul da Ásia, a Ásia Ocidental e o Norte de África são os países onde há menor número de mulheres com empregos remunerados. Por outro lado, a CEI é o país que tem um maior número, mas no entanto todas as regiões obtiveram progressos.

Desigualdade na política

As mulheres estão um pouco mais presentes na tomada de decisões da sua região, do que antigamente. Contudo, os progressos são lentos e irregulares de região para região.

A nível mundial, os países nórdicos são os que possuem uma maior representação feminina, na ordem dos 40%.

Na América Latina, África Subsariana e Sudeste Asiático verificou-se um aumento considerável da representação feminina nos cargos políticos. Por sua vez, verificou-se uma redução na Oceânia, portanto, esta é a região com menor representação feminina nos parlamentos.

As mulheres estão ausentes de cargos mais elevados, mantêm-se somente pelas câmaras.

No início de 2008, havia 7 mulheres entre os 150 Chefes de Estados e 8 mulheres entre os 192 Chefes de Governo. De uma forma geral, as mulheres detêm apenas 16% dos cargos ministeriais, a nível global.

Factores que determinam a presença das mulheres em cargos políticos:

- Sistemas de quotas;
- Vontade política;
- Força dos movimentos nacionais de mulheres;
- O destaque da igualdade de género, pela comunidade internacional;
- Concessão de fundos para as campanhas.

Desigualdade nos campos refugiados

Metade das pessoas que se encontram nos campos refugiados são mulheres, contudo continuam ausentes da participação nas decisões do campo. Felizmente, esta situação tem vindo a melhorar entre 2005 e 2007, mas ainda muitos progressos têm de ser realizados.

Soluções

O que os países em desenvolvimento devem de fazer:

- Lutar contra a desigualdade de género;
- Cumprir com as leis contra a discriminação;
- Informar às mulheres quais são os seus direitos;
- Apoiar a educação e a formação profissional das mulheres;
- Promover ou criar mais trabalhos para as mulheres;

- Parar com a exploração de mão-de-obra feminina não remunerada;
- Aumentar os investimentos na saúde materna;
- Criar protocolos que permitam às mulheres apresentarem queixas, quando os seus direitos são violados.

O que os países desenvolvidos devem fazer:

- Prosseguir na promoção dos direitos das mulheres;
- Os países doadores devem exigir políticas que promovam a igualdade de género aos países beneficiários;
- Reduzir a dívida aos países em desenvolvimento;
- A liberalização do comércio internacional, cumprindo os padrões laborais, permite que as mulheres tenham mais oportunidades e melhores condições de trabalho.

As organizações não governamentais (ONG) devem assegurar que as políticas de igualdade de género sejam cumpridas e respeitadas.

É também importante alcançar outros ODM's para conseguir alcançar a igualdade de género, nomeadamente:

- O objectivo 2 "Alcançar o ensino primário universal", é necessário eliminar as disparidades de género no ensino e promover o acesso das mulheres ao mesmo;
- O objectivo 7 "Garantir a sustentabilidade ambiental", é necessário proteger a natureza e evitar a poluição ambiental, porque as mulheres exercem trabalhos de recolha de alimentos e de água, e a poluição ambiental que degrada os solos e contamina a água e os alimentos, para além de prejudicar excessivamente a saúde dessas mulheres, obriga-as a percorrer uma maior distância para ir buscar água e alimentos em boas condições e correm o risco de ser violadas, roubadas e maltratadas, e além disso, perdem tempo para realizar as outras tarefas.

Sabias que:

- A nível mundial, 2/3 dos analfabetos são mulheres.

- As mulheres constituem 60% da mão-de-obra agrícola a nível mundial e, no entanto, não ganham salário e se ganham, é muito mal pago.
- Apenas 1 em cada 5 trabalhadores remunerados é do sexo feminino.
- 80% dos refugiados são mulheres e crianças.
- O Egipto e o Bangladesh, são exemplos de alguns países em desenvolvimento, que conseguiram melhorar as oportunidades das mulheres, de forma drástica.
- Em muitos países as mulheres não podem escolher com quem querem casar, também não têm direito à herança do marido nem ao voto livre.

O caso da Guiné-Bissau

A Constituição da República da Guiné-Bissau defende a igualdade e os direitos de todos os cidadãos, independente do género ou da faixa social. Isto significa que as mulheres Bissau-guineenses estão protegidas pela lei, porém, não existe nada que garante que a lei está a ser cumprida.

Há ainda muitas mulheres que são obrigadas a sair da escola, a casaram-se muito cedo e a praticaram rituais que põem em causa a sua saúde. A vida destas mulheres está muitas vezes condicionada pela sua cultura, etnia e religião.

A Guiné-Bissau ratificou a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação da Mulher (CEDAW), que permite às mulheres apresentar queixa no âmbito da violação dos seus direitos. É, sem dúvida, uma boa iniciativa.